

## O SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO

Evocando opiniões de mídia que, periodicamente e de forma cíclica, questionam o instituto do serviço militar obrigatório, o DGP considera oportuno subsidiar o público interno com os seguintes esclarecimentos.

O serviço militar tornou-se obrigatório a partir de 1908, pela lei 1860, que culminou memorável campanha cívica liderada por Olavo Bilac, objetivando corrigir injustiças culturais então arraigadas, que privilegiavam as elites e oneravam as classes menos favorecidas.

Na oportunidade, remanescia na sociedade brasileira uma idiossincrasia do atavismo ibérico que considerava aviltante a condição de praça das Forças Armadas, levando o recrutamento a incidir sobre grupos marginais, como presidiários, desocupados e perseguidos políticos. Esse fenômeno causava indisciplina na tropa, implicando abusos no seu emprego, com prejuízo político, como ocorreu no Pará, durante a repressão à cabanagem.

Quando uma crise conjuntural tornava inevitável o recrutamento de grandes contingentes, o ônus da convocação recaía sobre as famílias mais pobres, provocando protestos e motins, como os do início da Regência, no Rio de Janeiro.

A lei do sorteio veio imprimir considerável evolução ao processo de convocação, mas não conseguiu prevenir desvios que terminaram comprometendo a sua credibilidade.

A defesa nacional, certamente, é assunto do interesse comum, e os encargos dela decorrentes incumbem a todos os brasileiros, indistintamente. Por isso, a universalidade dessa obrigação é, acima de tudo, um impositivo de justiça e um preceito democrático.

A experiência dos países europeus que se precipitaram em abolir o serviço militar obrigatório, ante a suposição de nova era de paz, após a guerra fria, merece a nossa atenção. Dificuldades antes inexistentes passaram a comprometer a renovação dos seus efetivos, devido à competição com o mercado, e os custos da atividade aumentaram exponencialmente, induzidos pelo fator previdenciário. Reconhecendo o equívoco, autoridades francesas e espanholas, por exemplo, postulam nova oportunidade de revisão, considerada politicamente difícil e com baixa probabilidade de sucesso.

No Brasil, o alistamento para o serviço militar inicial abrange todos os jovens que completam 18 anos, sendo isentas as mulheres. Em 2008, apresentaram-se 1.689.880 candidatos; desses, 646.150 foram submetidos à seleção, sendo incorporados ao Exército 62.842, equivalendo a 3,7% do total.

Não tem fundamento a afirmação de que somente os pobres prestam o serviço militar. Em 2008, foram incorporados 1.650 profissionais liberais (médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários), indispensáveis ao atendimento de saúde nos hospitais militares, nas regiões remotas da Amazônia e no Polígono das Secas. Foram também recrutados 310 oficiais técnicos temporários (OTT), 1.525 alunos dos órgãos de formação de oficiais da reserva (CPOR e NPOR) e 824 sargentos técnicos temporários (STT).

Além disso, é justo considerar a motivação educativa que, em muitos rincões, costuma levar sucessivas gerações de pais a estimularem os filhos a servirem ao Exército, como complemento cívico à educação familiar. Sugestivamente, 96,5% dos soldados de 2008 foram voluntários. A incorporação total incluiu 51.448 recrutas, 11.229 atiradores de Tiro de Guerra e 145 alunos das escolas de instrução militar.

A seleção para o serviço militar vem sendo aperfeiçoada continuamente. Os padrões já atingidos permitem boa precisão em aferir o vigor físico e a capacidade intelectual do candidato. Cabe destacar que 74% do contingente de 2008 possuíam o nível de ensino médio e que, curiosamente, o maior percentual do tipo físico mais favorecido foi alcançado na Amazônia Oriental, com 28,9% de indivíduos do tipo A.

O serviço social alternativo poderia estender o benefício da educação cívica a parcela significativa do contingente masculino dispensado do serviço militar inicial e ao segmento feminino, desde que conduzido com a mesma seriedade do serviço militar.

Portanto, o serviço militar obrigatório representa dura e justa conquista das gerações passadas, que tem de ser preservada no presente, a despeito de incompreensões conjunturais, do apelo liberal alienado da realidade e dos paradigmas adversos de motivação política.